

## REQUERIMENTO PARA CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Delegado(a) de Polícia Civil,

O requerente abaixo qualificado, com fulcro na Portaria nº 015/GEPES/DIAF/SSP/2015 e na Resolução nº 09/GAB/DGPC/PCSC/2024, que regulamenta a expedição de certidão de cumprimento de regularidade para as empresas de segurança privada especializadas e para as empresas que possuem serviço orgânico de segurança, no âmbito do Estado de Santa Catarina, mormente quanto ao que dispõe os artigos 10 e 14, inciso II, da Lei nº 7.102/1983, o artigo 38, §1º, do Decreto nº 89.056/1983, requer à **Polícia Civil do Estado de Santa Catarina**, responsável pela supervisão dos serviços de segurança privada, conforme o artigo 106, inciso IV, da Constituição Estadual, a expedição de certidão de cumprimento de regularidade PARA EMPRESA ARMADA, conforme dados declarados abaixo:

### QUALIFICAÇÃO DA REQUERENTE

Nome completo			
Data de nascimento		CPF	
Logradouro			
Bairro		Nº	
Cidade		CEP	
Contato		e-mail	

### QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA

Nome empresarial			
Nome fantasia			
CNPJ			
Logradouro			
Bairro		Nº	
Cidade		CEP	
Responsável legal			
Contato		e-mail	

### ATIVIDADE DE SEGURANÇA PRIVADA

Especializada  Vigilância patrimonial  Transporte de valores  Escolta armada  Segurança armada

Conforme art. 5º, parágrafo único, da Resolução n.º 09/GAB/DGPC/PCSC/2024, "**Fica vedada a expedição de certidão de cumprimento de regularidade para empresa de segurança privada que não empregue arma de fogo em suas atividades, a teor da posição do STJ substanciada nos precedentes AgInt no REsp 1592577/RS, REsp 1.252.143/SP e AgRg no REsp 1.172.692/SP.**"

### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O REQUERIMENTO

#### Para empresas de segurança privada ARMADA

- I - procuração do requerente com poderes específicos para a solicitação da certidão de regularidade, sendo o caso;
- II - cópia dos atos constitutivos devidamente registrados no registro de pessoas jurídicas;
- III - comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ da Receita Federal;
- IV - cópia do instrumento de autorização para funcionamento expedido pela Polícia Federal e publicado no Diário Oficial da União;
- V - nome, qualificação e endereço atualizado dos sócios-proprietários, diretores e gerentes da empresa, bem como dos responsáveis pelo armamento e munição;
- VI - relação atualizada dos vigilantes e demais funcionários;
- VII - endereço da sede, escritório e demais instalações da empresa;
- VIII - especificações do uniforme especial aprovado para uso dos vigilantes;
- IX - relação pormenorizada das armas e munições de propriedade e responsabilidade da empresa;
- X - relação dos veículos especiais, no caso de empresa especializada em transporte de valores e de empresa que executa serviços orgânicos de transporte de valores;
- XI - relação dos estabelecimentos aos quais são prestados serviços de vigilância, segurança privada ou de transporte de valores;
- XII - comprovante de pagamento de taxas, conforme disciplinado em lei estadual (COD 2.1.4.1)

Nestes termos, pede deferimento.

\_\_\_\_\_